



Esboço de uma genealogia dos primeiros impressos para o ensino da escrita no século XIX¹

Frade, Isabel Cristina Alves da Silva²

Resumo

A investigação de determinados materiais impressos usados para o ensino/aprendizado inicial da escrita ajuda a compreender algumas condições de transmissão da cultura escrita, mas antes de estudar os livros didáticos mais consagrados pela tradição, devemos perguntar: o que os antecede, quais modelos vieram antes? Que gestos eles encenaram? Quais práticas eles tornaram possíveis? Analisando documentos de arquivos, livros e outras pesquisas sobre circulação de materiais no século XIX, faremos um esboço da possível utilização de materiais impressos que não são livros (tábuas, tabelas, cartas) e dos primeiros livros constituídos de abecedários e silabários. Este olhar retrospectivo pode contribuir para pesquisarmos, nos livros que vieram depois, a construção de dispositivos de complexidade diferenciada, muitos deles originados da própria escolarização e nem sempre do campo da edição.

Palavras-chave: impressos; história da alfabetização; cultura escrita; escolarização da escrita

Breve introdução

Por vezes discutimos a produção, difusão e utilização de impressos para alfabetizar na escola, sem indagar sobre sua gênese, como se eles fossem sempre livros ou como se fossem sempre livros escolares. Para compreender a construção de modelos escolares de livros para alfabetizar devemos indagar: o que são materiais próprios para uma transmissão escolar da escrita? Como se caracterizam? Que problemas se colocam quando a escola se apodera de materiais que circulam em outros espaços de transmissão da escrita? Quando o ensino de primeiras letras começa a se instaurar no Brasil, no início do século XIX, que tipo de material circula? Os materiais de uso doméstico e individual seriam aqueles transportados para a escola? Com quais materiais se ensina a ler, não os conteúdos, mas os princípios da leitura?

Se os livros sempre têm sido alvo de nossas buscas para o estudo da escolarização da escrita é preciso ressaltar que a utilização dos impressos, na educação, passa vários tipos de ordenamento. Talvez eles não sejam a preocupação prioritária, no início do século XIX, porque outro fator está em jogo: o processo de constituição da própria identidade da instituição escolar, ou seja, do seu “próprio modo de ser”. Esta construção passa pelo ordenamento do espaço, do tempo, dos conteúdos, dos materiais

¹ Trabalho apresentado no VI Encontro do Núcleo Pesquisa em Comunicação – NP Produção Editorial

² Professora da Faculdade de Educação da UFMG e pesquisadora do CEALE (Centro de Alfabetização, leitura e escrita) nas áreas de alfabetização, história da alfabetização e do livro. Este estudo é parte de um trabalho de pós-doutoramento realizado na FE/USP e INRP/França e contou com financiamento do CNPq e CAPES. Email: icrisfrade@terra.com.br



e, entre estes últimos, os materiais escritos (manuscritos ou impressos) que são usados em seu interior.

As tábuas e tabelas

As pesquisas sobre a escolarização na Província de Minas Gerais, no século XIX, que se utilizam de relatórios de inspetores e professores (Inácio *et al.*:2006); alguns estudos sobre a produção e circulação de livros que tomam como fonte pedidos e remessas (Frade et al: 2006), assim como as investigações que temos empreendido no Arquivo Público Mineiro sobre a escolarização da escrita, que se valem de mapas produzidos por professores no século XIX, evidenciam a utilização de outros suportes que não lembram livros e que são impressos. Nestes estudos aparecem materiais relacionados à instituição do ensino mútuo nas primeiras décadas do século XIX e há indícios de que um dos impressos para ensinar a ler e escrever se caracteriza como uma grande página ou cartaz ou talvez “uma grande página de um livro para todos”.

Este suporte democrático permite que o olhar dos iniciantes pouse sobre num mesmo lugar. Não sabemos se este mesmo material circulou em outros espaços sociais e nem dispomos de exemplares conservados para avaliar suas características mas ele parece ser, ao mesmo tempo, um tipo de suporte e um tipo de gênero textual que guarda relações com usos propriamente escolares. Ele também tem ligação com um método oficial de ensino, o método mútuo ou lancasteriano, que se pretendeu instalar no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX.(Inácio *et al.* 2006). Neste método, que possui uma economia e racionalidade próprias para ensinar um número grande de alunos com a ajuda de alunos e monitores, alguns materiais são considerados como uma condição para sua efetivação.

Do ponto de vista do ensino da escrita, alguns destes suportes denominados tábuas ou tabelas precisam estar à altura dos olhos de uma classe, que organizada em grandes bancos, deve olhar atenta para os comandos de um aluno monitor que vai mostrando letras, nomeando-as e pedindo sua reprodução em caixas de areia: estamos então entre uma leitura permanente e uma escrita efêmera. Na França, este exercício parece se constituir numa preparação para se abrir o livro. Referindo-se à organização do ensino, descrita num alfabeto cristão de 1839, Chartier (2004:14) comenta que

a divisão de iniciantes trabalha sobre grandes quadros “tableaux” de letras que o professor mostra com uma vara, depois um “tableau” de sílabas, alternando exercícios coletivos, de leitura em coro ou individuais antes de abrir o livro” (tradução minha).



Analisando pedidos de professores mineiros no mesmo período pode-se pensar que no Brasil ocorriam procedimentos semelhantes, mas será que os alunos manuseavam livros, folhetos ou, a cada vez, uma folha solta? Os gestos em torno de um “quadro/tabela” que apresenta uma dimensão bidimensional, não serão os mesmos quando estes materiais estiverem seqüenciados num livro que se pode folhear³. O uso destas tabelas também possui uma dimensão específica: é preciso saber consultar, localizar, talvez decorar toda a seqüência ou mesmo operar com algumas combinações que exigem o ensino/aprendizado de técnicas intelectuais. Os pedidos de tabelas separadas com determinados conteúdos indicam que este suporte se constitui numa folha avulsa que talvez seja um material de “leitura” intensiva que exige repetido manuseio. Seriam estas folhas soltas a reprodução das mesmas tabelas existentes nos grandes tábuas? Estes materiais seriam impressos?

Documentos do Arquivo Público Mineiro (APM) demonstram que havia material padronizado e, possivelmente impresso, a ser utilizado para auxiliar o desenvolvimento das atividades, daí constatarmos o espanto de um professor ao ter que copiá-los de forma manuscrita.

[...] Da relação incluza N° 1 verá V. Ex^a quaes são, e que estado se achão os pertences desta Aula, que me forão consientemente intregues ontem pelo meu antecessor, tendo-me sido necessário ate manuscreever tabellas para a leitura dos aprendizes dos primeiros bancos ...Deos Guarde a V. Ex.^a muitos annos. Ouro Preto 3 de Maio de 1832. [...]

Luiz Fortunato de Souza Carvalho Professor do Ensino-Mutuo⁴

Quanto ao número de folhas, os pedidos de tabelas com seu respectivo conteúdo, permitem compreender que é possível colocar na mesma página, os próprios conteúdos que identificam o nome das tabelas. Abaixo, o detalhamento desse suposto conteúdo, numa lista de objetos entregues ao professor que remeteu a carta anterior, em 1832:

³ Algumas relações entre este tipo de gênero textual e os instrumentos do pensamento foram trabalhados por Jean Marc Chatelein, em comunicação denominada *Surfaces du Savoir: la publication en tableaux au XVIIe Siècle* no âmbito do Seminário “Les Outils de la pensée”, organizado em 2007 pela Fondation Maison des Sciences de l’homme e Musée National d’ethnologie Osaka.

⁴ Fonte: APM. Identificação: PP 1/42.Caixa 01.Envelope: 47. Folha 1



Nº 1 Relação dos utensílios do Ensino-mutuo, que o Señr Herculano Ferr.^a Penna entregou à Luiz Fortunato de Sz.^a

[..] 32 Tabellas contendo artigos da Constituição, 3 [D.^{as}] das formas do alfabeto, 1 [D.^{as}] das letras consoantes, 1 [D.^{as}] das articulações triplas, 1 [D.^{as}] das caracteres numéricas, 1 D.^a da divisão de quantidades, Taboletas para tabelas [...], 5 Pequenas colleções de Cartas, 18 Translados impresos [...] ⁵

A seguir, é apresentado o pedido do mesmo professor que passa a ocupar a cadeira de ensino. Uma leitura das quantidades demonstra que as tabelas podem ter sido utilizadas individualmente e que elas são apresentadas numa progressão detalhada que vai do alfabeto às “articulações maiores com divisão de syllabas” que podem ser pequenas frases ou textos:

Nº 2 Rellação dos utensílios, que exige com mais urgência a Aula do Ensino Mutuo desta Imperial Cidade

[...] 40 Translados impresos, e diferentes, tabellas das formas do alfabeto, D.^a dos caracteres numéricos, Ditas de syllabas de duas letras, Ditas de ditos de três, Ditas de ditos de quatro, Ditas de ditos de cinco, Ditas que contenhão articulações maiores com divisão de syllabas [...]

Ouro Preto 3 de Maio de 1832 ⁶

Como uma classe de ensino mútuo comportava um número grande de alunos, de vários níveis, precisamos realizar outras pesquisas para relacionar melhor o uso de um determinado material impresso com o conteúdo que cada classe sub-dividida em bancos estudava. Nas listas anteriores, há livros profissionais, livros de outras áreas e materiais de leitura próprios de uma fase de leitura corrente. O programa instituído pelo império deixa ver que alguns livros faziam parte de outros conteúdos, embora estivessem relacionados à leitura. A Lei geral do ensino de 1827 prescreve:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmética, prática de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammática de língua nacional, e os princípios da moral christã e da doutrina da religião

⁵ Fonte: Arquivo Público Mineiro. Identificação: PP 1/42 CX. 01 Envelope: 47. Folha :2

⁶ Fonte: Arquivo Público Mineiro. Identificação: PP 1/42 CX. 01 Envelope: 47. Folha 3



catholica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brazil.” (Inácio et al:2006:59)

É muito difícil construir uma história do campo de saber “ alfabetização” quando a estudamos num período em que a própria escola precisa se preocupar com outras materialidades, como a organização dos espaços, de tempos e de materiais e num período em que estão todos na mesma classe, com experiências escolares diversificadas. No entanto alguns mapas indicam que a medida dada pela seqüência das tabelas consideradas enquanto suportes de escrita parece se constituir num vocabulário comum que favorece a trocas de informações sobre o desempenho dos alunos em torno da escrita. Há também em alguns mapas dados indicando que os alunos sabem apenas as letras do ABC, mas que conhecem os princípios da *Doutrina Christã*. Sendo assim, não parece que este último material tenha sido usado para ensinar a ler através de uma leitura por soletração e seu conteúdo pode ter sido transmitido de forma oral pelo professor. Outras vezes encontramos uma descrição que reúne habilidades de leitura e domínio da doutrina. Por outro lado, os termos *Senhora Carta* e *Carta de Padre Nosso* encontrados nos mapas podem manter alguma relação com o uso de textos religiosos no início da escolarização e com outros tipos de impressos produzidas em folhas avulsas

Dentre alguns materiais específicos, os translados impressos, como modelo para escrita, também vão completar uma possível lista de material usado, mas não sabemos se eram trabalhados com iniciantes, uma vez que o ensino simultâneo dos princípios da leitura e da escrita começa a aparecer mais claramente nos manuais e livros produzidos no final do século XIX, principalmente nos de Felisberto de Carvalho.

Indagando mais uma vez sobre o significado específico de materiais solicitados pelos professores e sobre sua relação com outra utilização social, pode-se estabelecer uma hipótese de que quadros, tabelas e “cartas” são típicos do espaço escolar, ou seja, são produzidas para a escola para o ensino da leitura e da escrita. Em que outro espaço haveria uma função para exposição e circulação dessas “grandes páginas” impressas e mesmo destas folhas avulsas e com estes conteúdos? Talvez eles sejam os materiais que vão preparar os alunos para por as mãos nos futuros livros, uma vez que neste período, os livros são escassos. Outras perguntas são relevantes: eles seriam partes selecionadas de livros que circulavam em outros meios? Ao contrário, têm existência própria e são depois reunidas para formar um suporte livro? Onde e em que lugar eram produzidos?



Uma breve análise de um *corpus* de 25 livros didáticos para alfabetização franceses do século XIX, publicados entre as décadas de 50 a 90, conservados na Biblioteca do Institut National de Recherche Pédagogique/França vai mostrar que algumas tabelas de dupla entrada podem ser transferidas para dentro dos livros com a denominação *tableau*. No entanto, embora pareçam com as tabelas de sílabas, algumas podem ser utilizadas de forma mais complexa e mesmo vendidas à parte para o ensino da leitura. A análise de um *corpus* permite apresentar pelo menos duas exemplificações: uma tabela é o próprio método e é o preciso uma metodologia para utilizá-la⁷. Outra é um folheto anexo a um livro de 1853, que pode ser comprada separadamente do livro. Esta é uma tabela de dupla entrada que, segundo o autor B. Dessirier, segue um modelo pitagórico utilizado antes para o ensino da multiplicação⁸. Verificamos também que os livros didáticos do final do mesmo século vão apresentar uma sofisticação dos dispositivos visuais que operam com classificações mais complexas do escrito, utilizando mais quadros, listas, tabelas e ilustrações.

Retomando as pistas dos pedidos em Minas Gerais constatamos a solicitação de *Doutrina Christã*, de gramáticas, de tratados de ortografia. Mas, no tocante aos materiais utilizados para iniciantes, parece que são as tabelas e cartas e traslados impressos os materiais com os quais eles trabalham. Para se chegar à utilização de materiais que são livros, talvez denominados com o mesmo nome, como *Cartas do A.B.C e/ou de Silabários*, pode-se imaginar que foi necessário um certo percurso: tanto das práticas e gestos, como da materialidade da produção de impresso em menor formato para ser utilizado individualmente pelos alunos. Ou, quem sabe, apenas como material de consulta para os professores. Mas ainda restam outras perguntas: seriam as cartas do ABC folhetos? Seriam os silabários livros? Pouco sabemos sobre o formato destes materiais e estudos realizados em outros contextos podem nos ajudar estabelecer hipóteses sobre suas características..

Abecedários, cartas do ABC, silabários: diferentes significados

No Brasil há uma série de relatos reclamando do uso de materiais manuscritos no ensino das primeiras letras (Inácio et:2006) e, mais no final do século XIX, há

⁷ Notice Pédagogique sur la Méthode de lecture en deux tableaux et trois livrets de M.P. Néel. Librairie Classique Armand Colin et Cie. 1889.

⁸ DESSIRIER, J. B. Méthode Facile pour Apprendre a lire. Besançon: Chez Billote, Libraire-Pepetier. 1853.



discursos pedagógicos de autores e de outros intelectuais criticando e condenando o uso das *Cartas do ABC* e de *Silabários* (Mortatti:2000), mas não sabemos se outros modelos, como os *Abecedários*, estão incluídos nesta crítica e nem mesmo se eles circularam. Neste tópico serão trabalhadas algumas características de abecedários franceses que podem ajudar a pensar formatos, usos, similitudes e diferenças.

Estudando os livros *Bibliothèque Bleue* produzidos pelos impressores de Troyes, no século XVII, Jean Hébrard (2002:11) afirma que entre livros destinados a outras funções, aparecem livros didáticos destinados aos escolares ou “àqueles que querem aprender sem mestre”. Entre os livros de uso escolar, o autor seleciona um tipo específico de livro, o abecedário, ressaltando:

“Entre os livros de uso escolar, o abecedário é aquele que, certamente, representa a maior promessa de venda. Sob o nome de *Instruções Cristãs* – é assim que são chamados na França do leste – ele é, por excelência o livro escolar do iniciante e, freqüentemente, o único livro que ele possui. É verdade que ele oferece em um mesmo conjunto os instrumentos da primeira alfabetização e os textos essenciais da liturgia católica (p.12).

O autor também observa que os impressores de Troyes não têm o monopólio de sua produção, pois o abecedário “é um dos produtos de base de todos os pequenos impressores, particularmente o da província”. Analisando os abecedários produzidos em Troyes, observa que seu formato pode ser de uma folha, uma folha e meia e três folhas e que há a menção, em diversos catálogos, de alfabetos por sílabas. Segundo o autor

“o abecedário situa os impressores do lado de uma tradição editorial que se apóia nas obras sem autoria, repostas ano após ano, sem a preocupação de inovar, em um domínio no qual a permanência e a perenidade continuam os maiores critérios de uma qualidade que se obtém sem despesas.” (p.15).

Comentando sobre outras obras escolares publicadas no período, ele faz um alerta: “é delicado consignar cada um destes títulos à ordem escolar. As mesmas obras têm, com efeito, múltiplos usos e a transmissão dos saberes elementares não implicam obrigatoriamente na sua escolarização” (p.15,16)



Segundo Hébrard, o objetivo da escolarização no antigo regime era preparar para a comunhão e transmitir saberes elementares. Após a revolução, uma inspeção realizada por Guizot, em 1833, constatou que a maior parte dos livros usados pelas escolas rurais vinha do século anterior. Nas escolas de crianças mais pobres, o abecedário ou um silabário⁹, o catecismo. Para as escolas de crianças menos pobres acrescenta-se, de forma irregular, uma gramática francesa, uma aritmética e história da França.

Por outro lado, existem abecedários não populares que circularam na França. O uso de abecedários ilustrados pelas famílias durante todo o século XIX é comentado por Anne-Marie Chartier (2004). Ela nos revela que este pode ser um material luxuoso e não tem uma destinação para o público escolar. É para ser consultado em espaços privados e domésticos e não importa que as crianças sejam muito novas. A idéia de uma certa precocidade da leitura alimenta o uso de alfabetos ilustrados no âmbito da transmissão familiar da escrita.

Os abecedários ilustrados são livros de imagens que pretendem provocar nas crianças pequenas o gosto por aprender a ler. Apesar de aparecerem numa seqüência de A a Z estes abecedários podem ser consultados em qualquer ordem, de forma não linear, como um livro de imagem e a criança pode se deter numa letra ou ilustração, com ajuda de um adulto, e demandar o que é que está escrito. Quando a criança passa a se interessar pelo livro é que se sugere uma outra pedagogia utilizada pelos familiares. Aconselha-se que se ensine o nome das letras, que elas sejam reconhecidas fora da ordem, que seja memorizado um pequeno estoque de sílabas e de palavras a serem pronunciadas diretamente e depois soletradas. Quando a criança consulta o alfabeto ilustrado, poderá reconhecer e recordar-se de algumas sílabas conhecidas. É um ensino sem seqüência, livre, baseado em interações familiares e sem reflexão sistemática. Este é um ótimo exemplo que nos revela que as pedagogias referidas à transmissão familiar são voltadas para um certo conteúdo, têm intencionalidade - apesar de não se ter um procedimento sistemático de análise - mas ocorrem em condições especiais, no âmbito de uma transmissão que é individual.

Analisando as características materiais e os aspectos de sua utilização constatamos que este tipo de abecedário é dirigido às elites e sua posse individual possibilita uma série de apropriações no espaço privado. Seu uso depende também de

⁹ A distinção entre silabário e abecedário mostra que estes materiais podem ter sido produzidos separadamente.



comportamentos cultivados das famílias e de determinadas competências e disposições para interagir com os filhos em torno da escrita. Esta pedagogia “natural”, muito próxima das relações e dos usos da escrita no espaço doméstico é bastante diferente de um processo institucionalizado que vai ocorrer depois pela transmissão escolar, seja ela feita por professores que abrem pequenas escolas, seja em escolas privadas e depois públicas.

Na escolarização vai se tornar central a discussão dos métodos de ensino: o *individual*, que ocorre durante o atendimento que se dá numa classe a cada aluno em separado; o *método mútuo* que trabalha com classes enormes e conta com monitores para ajudar o professor e no qual cada banco é uma classe e um nível e, finalmente, o *método simultâneo*, que trabalhado em classes menores e supostamente homogêneas, vai criar estratégias de ensinar a todos, no mesmo tempo e lugar, o mesmo conteúdo. Este tema vai ser objeto de discussões durante a constituição sistemas educacionais, na França e no Brasil, por exemplo, quando esta educação sai do âmbito familiar e vai para o âmbito coletivo da escola.

Retomando as duas formas de circulação “abecedários” na França, a dos impressos luxuosos existentes numa biblioteca particular e a dos materiais populares que vão circular para a catequese do povo e, depois nas escolas, constatamos ser o alfabeto o livro que introduz os iniciantes na cultura escrita. Sabemos que ele também é dotado de uma permanência que se vale de questões editoriais e de seu valor de uso e que as escolas públicas vão se valer de materiais parecidos.

Haveria, no Brasil, algum material conservado que nos mostra alguma semelhança com aqueles descritos nas pesquisas francesas? Uma breve consulta à pesquisa de Segolene Le Men¹⁰ sobre 700 abecedários franceses ilustrados do século XIX, conservados na BN/França vai mostrar uma profusão de títulos a serem consumidos na educação familiar. Talvez estes não sejam os materiais que circularam no Brasil, uma vez que parece ser principalmente a escola a que apresenta a cultura escrita à criança. Como não encontramos citações deste material nos inventários e pedidos de escolas pode ser que materiais mais populares tenham servido de apoio ao ensino escolar.

As informações sobre o formato de alfabetos populares de Troyes dadas por Jean Hebrárd (2002) talvez nos aproxime de um modelo que pode ter circulado nos meios

¹⁰ Segolene Le Men. Les abecedaires français illustrés du XIXeme siècle. Paris: Editions Promodis.1984



escolares brasileiros: “eles não são, portanto, propriamente falando, os livros de cordel. Mas conservam todas as suas características” (p.40). O autor observa que eles são compostos em formas irregulares e mal justificados, impressos com tipos muito usados que pertencem a fundições heterogêneas e com xilogravuras típicas da *Bibliothèque Bleue*, com cenas de santos. Explicitando o conteúdo de alguns deles comenta aspectos de sua homogeneidade, caracterizando a primeira parte dos livros do seguinte modo “muito sucinta com diferentes quadros de letras, sinais de pontuação, abreviações de ligaduras (em romano e em itálico, em capitais e em caixa baixa, o todo em dimensão decrescente), quase sempre acompanhadas de dez algarismos árabes..., segue-se então um quadro de sílabas”. (p.40). A segunda parte é composta de preces essenciais.

Descrevendo os abecedários ilustrados do século XIX, Anne-Marie (2004) recupera sua origem nos alfabetos populares publicados em Troyes e Rouen como livros de bolso. Sobre um folheto dobrado em 4 ou em 8 é impresso o alfabeto, uma breve lista de sílabas que ocupa uma ou duas páginas e depois uma prece em latim. Quando o livro aumenta o número de páginas é o número de preces que aumenta. Parece ser este o formato padrão e os dois pesquisadores constatam que quando estes abecedários possuem um número maior de páginas, poucas páginas são destinadas ao aparelho didático para a transmissão dos princípios da leitura. Esta parte é reduzida às páginas iniciais.

Na França os abecedários parecem circular antes da instituição de um processo de educação escolar popular e ora separam, ora juntam os objetivos *ensinar a ler e ler para aprender a catequese*. Ou seja, muitos livros de preces são usados para serem objeto de soletração e para ensinar a ler com a seguinte especificidade: os textos a serem lidos são aqueles já conhecidos e decorados pelo cristão.

Voltemos ao Brasil, analisando outras denominações que encontramos nos relatórios ou prefácios de livros: as *Cartas de ABC*. Teriam elas este modelo ou são simplesmente uma forma de reprodução das tábuas usadas na sala de aula ou quem sabe, a sua inspiração? Estes vinham em forma de folheto/pequeno livro ou de um livro mais encorpado? As *Cartas de A.B.C* seriam o mesmo que *Silabários*? Seriam seguidos de textos religiosos ou laicos? Em diversos estudos, como Mortatti (2000) encontramos a expressão: *Cartas de ABC*, *Cartas de Sílabas* e *Cartas de Nomes*: seriam estes folhetos separados ou eles são distinguidos, nos relatos de alunos e nos relatórios de professores ou prefácios de livros, apenas pelo processo metodológico que impôs seu



uso? A análise de alguns indícios, ao final deste texto pode problematizar algumas destas questões.

Comparando ainda as descrições dos abecedários cristãos e de seu uso, feitos nas pesquisas francesas citadas, pode-se dizer que apesar de existirem normas, no Brasil, sobre o ensino e leitura da *Doutrina Cristã* nas escolas, parece faltar ao contexto brasileiro o apelo à evangelização que constituiu na França, um projeto de educação popular. Sendo assim, um abecedário ou uma carta do A.B.C. seria acompanhado apenas do alfabeto e do quadro de sílabas?¹¹ Se, nos silabários ou abecedários brasileiros, os conteúdos religiosos ou textos sabidos de cor não estão presentes, encontramos um deslocamento fundamental na forma de ensinar/aprender. Aprender com abecedários ligados às práticas religiosas permite redescobrir, na alfabetização, um texto conhecido através da transmissão oral em contexto de práticas religiosas. Um conteúdo e formas conhecidas dão sentido à leitura e uma direção para a descoberta das relações oral e escrito. Se os abecedários ou silabários brasileiros suprimiram os textos religiosos e, não havendo um contexto e um material específico que permitisse disseminar o conteúdo religioso juntamente com os saberes da escrita, resta tentar decifrar fragmentos ou textos completamente novos. Precisamos continuar a procurar abecedários e/ou silabários para constatar algumas diferenças e similitudes em relação a outros contextos, como o francês, por exemplo.

Mas, se estes materiais circularam e foram popularizados constatamos a sua ausência em acervos. Além disso, *Cartas de ABC* e *Silabários* por vezes parecem designar a mesma coisa e em outras ocasiões parecem ser outro suporte. Embora vários livros produzidos no final do século XIX procurem romper com esta tradição, os prefácios dos livros denominados “Primeiros livros de leitura”, um produzido por Abílio César Borges¹² e outro por Felisberto de Carvalho¹³, mencionam os silabários, ora como um tipo de ensino a ser superado, em função da ausência de sentido, (Abílio), ora como material a ser criticado, ora como material a ser utilizado antes de os iniciantes

¹¹ Estudos realizados sobre a administração de documentos re-copiados por curas e indígenas bolivianos no período pos-jesuítico, no arquivo do Colégio S. Calixto, em La Paz vão mencionar, entre os diversos materiais, uma cartilla e doutrina cristiana que conjuga alfabeto, silabário e doutrina religiosa e outros materiais, que só apresentam a doutrina. In: SAITO, Akira e BELTRAN, Clara. Usos Del documento y câmbios sociales em la Historia de Bolívia. National Museum of Ethnology. Japão:2005.

¹² BORGES, Abílio César. Primeiro livro de leitura para uso da infância brasileira composto pelo Dr. Abílio César Borges – Diretor de bahiano, et.Paris: livreria de V.va. J. Aillaud . Guillard E. C.47, Rua Saint-Andre-des-arts

¹³ CARVALHO, Felisberto. Primeiro livro de leitura. Desenhado e Refundido por Epaninondas de Carvalho. Rio de Janeiro. Livreria Francisco Alves. 1926. Diversas pesquisas (Mortatti:2000) indicam que sua primeira edição foi publicada em 1892.



colocarem as mãos nos primeiros livros de leitura (Felisberto de Carvalho). Sendo assim, pode-se dizer que silabários podem ser livros específicos, um tipo de dispositivo gráfico que vai para as páginas de um livro, um método ou mesmo uma palavra que se herda.

A seguir serão analisados alguns livros brasileiros em cujo título aparece a palavra silabário ou Cartas de ABC.

Um silabário localizado em dois acervos brasileiros (LIVRES/USP e Centro de Referência do Professor), cuja edição é 1879, merece uma análise especial. É constituído de um exemplar de 120 páginas ilustradas em bico-de-pena, com excelente projeto gráfico. *O Syllabario Portuguez ou novo método para aprender a ler em breve tempo a língua portuguesa e o sistema métrico ilustrado com numerosas estampas*, de J.R. Galvão, apresenta-se como uma tradução e assinala em sua contracapa que este “é adotado em muitas escolas desde império”. Trata-se de uma obra traduzida e pode ter se servido de modelos produzidos para outro público, para outros contextos de circulação e com outras tecnologias de transmissão. Publicado e composto no Rio de Janeiro, este livro apresenta como locais de compra todas as livrarias da Bahia, São Paulo e Pernambuco. Há nele uma advertência de que deve ser usado antes um *Alphabeto Portuguez*, também composto pelo mesmo autor. A expressão usada na breve apresentação “tem sido adotado este livro para uso das escolas públicas” e “Ultimamente foi adoptado em diversas províncias” deixa a dúvida sobre seu público destinatário, crianças de posse ou crianças de escolas públicas? Também não é possível esconder algumas características que fazem dele um livro mais luxuoso: pelas estampas, pela qualidade do papel e pelo número de páginas. Seria ele usado para o ensino doméstico e de caráter individual? Apenas para escolas privadas? Como ele chega a ser adotado nas escolas públicas?

Sua estrutura e formato são uma mescla das descrições do alfabeto ilustrado e dos abecedários, feitas por Anne-Marie Chartier (2004). Apresenta-se em suas primeiras páginas um alfabeto e depois um alfabeto ilustrado, composto, com exceção de dois temas, de descrição de animais. A primeira leitura é antecedida de três listas de palavras que vão aparecer no texto para que seja feito o exercício de soletrar e depois vem o primeiro texto, com palavras separadas por hífen e com numeração nos parágrafos. O mecanismo parece ser simples: soletra-se e depois se reconhece. Na segunda leitura as palavras da lista prévia são separadas por hífen, uma outra pista para saber até onde se soletra.



O que caracteriza este material como sendo da família dos abecedários e alfabetos ilustrados é também outra parte de seu conteúdo: quase todos os textos de leitura são feitos a partir de temas religiosos como a história da criação do mundo, passagens da bíblia, pecados, virtudes e vícios e alguns comportamentos, mas não são as preces o que é dado a ler, mas narrativas. Ao final também são apresentados alguns conteúdos de tipo enciclopédico, como conhecimentos de mapas, de matemática.

Talvez este material suponha uma intervenção individual de alguém que vai ler para a criança enquanto aponta o texto ou até que ela decore para fazer um uso mais intensivo dos textos, uma vez que não são preces, mas narrativas muito detalhadas.

Com a denominação silabário, encontramos na Biblioteca Nacional (BN) o *Syllabario ou Primeiro Livro de Leitura* de M. Ribeiro Almeida, edição de 1875, que é citado por Felisberto de Carvalho como um bom silabário. Este parece fugir ao modelo das oriundo das tabelas de sílabas, uma vez que apresenta palavras desde a primeira lição e seu prefácio aos professores demonstra ser este um livro que passa por ordenamentos escolares mais sofisticados, mais próximos dos modelos de livros que virão depois.

Repertoriamos também, na BN, o *Silabário Prima ABC*, “sem autoria”, de 1954, mas tendo no título o nome da editora: Prima Editora de Pernambuco. Este é um exemplar típico das edições populares, com capa e miolo que não se distinguem em termos do tipo de papel utilizado. Não há nele nenhum discurso pedagógico, nenhuma observação quanto ao público e ele se organiza em 16 páginas. A estrutura deste silabário parece ser aquela das primeiras partes dos abecedários de Troyes: da página 1 a 3 vários alfabetos e números, silabários de uma página (à moda de um “tableau”?) com todas as sílabas diretas envolvendo todas as letras do alfabeto alternado com texto, seguido de outros silabários com ditongos, com sílabas em posições inversas. Após cada quadro de sílabas também são apresentadas palavras e frases separadas por hífens. Seria este um livro de circulação popular? Sua publicação ter ocorrido antes, mas a edição conservada é contemporânea àquela que vai trazer, desde o final do século XIX, modelos de livros para alfabetizar que procuram se ordenar por outras lógicas. Talvez uma lógica cada vez mais escolarizada.

Sob a denominação de *Cartas do ABC para principiantes* localizamos na BN um material próximo ao silabário, sem data nem editora, publicado na Bahia e com apenas 16 páginas. Nele é apresentada a seguinte estrutura: apresentação do alfabeto completo em imprensa maiúscula e depois separando vogal de consoante. Em seguida, o



alfabeto minúsculo, depois o alfabeto manuscrito maiúsculo e minúsculo. Depois são apresentados exercícios com vogais e consoantes (sílabas referentes a cada consoante) e, ao final, um exercício de leitura e hino nacional. A ausência de data e de dados editoriais parece ser comum em alguns destes materiais que parecem destinados a usos populares.

Outro material localizado no mesmo acervo se denomina *A B C da infância – introdução ao livro de infância. Primeira Colleção de Cartas para aprender a Ler*¹⁴, exemplar de 32 páginas, sem autor, publicado pela Livraria Francisco Alves. Localizamos na BN três edições: 56ª e 57ª, ambas de 1908, e a 104ª, publicada 1954. Se o exemplar de 1908 está na 56ª ed. podemos supor que ele tenha circulado no século XIX. O seu título traz uma informação fundamental: “primeira coleção de cartas”. Esta é uma pista interessante, pois parece anunciar que aquelas cartas que vinham soltas, estão agora compiladas em formato livro e que esta foi uma publicação pioneira.

Esta obra parece dialogar com práticas de educação doméstica, pois o “diretório” de uma página, com instruções de uso, faz uma dedicatória explícita: “Das mães que se dedicam ao ensino de seus filhos (a mais nobre e gloriosa missão de mulher)”. São dadas instruções em três tópicos: instruções sobre como fazer a criança articular corretamente letras, sílabas e palavras; regras de leitura em voz alta com sua pontuação e lições de coisas. A instrução explícita a necessidade de que “logo que o menino aprenda a soletrar, que se explique o valor de cada palavra que ele vai aprendendo desenvolvendo, em seguida, o ensino de coisas animadas e inanimadas, que a boa mãe poderá ler na *Lições de Cousas* de A. Zaluar”.

Todas as páginas apresentam um título e podemos distinguir cinco partes: *alfabeto redondo*; *nove cartas de sílabas*; *três cartas de nomes*; *sinais de pontuação* e *carta para soletrar* com histórias separadas por hífen. Comparando com os dois silabários 16 páginas descritos, parece haver um discurso mais explícito e pedagogizado sobre formas de uso, um pequeno aumento de quadros de sílabas e de textos e um aceno do nome do livro a ser lido depois, ou melhor, da prática que o continua.

Podemos indagar: tendo em vista um discurso pedagógico sobre seu uso e tendências relacionadas ao método intuitivo, até que ponto esta edição partilha de características de livros didáticos mais consagrados e ligados aos modelos escolares

¹⁴ Nas páginas finais da edição, há uma sugestão: “O livro da Infância, de Zaluar é o livro mais próprio para continuação dos exercícios de leitura em seguida a este syllabário”. Se um livro denominado Cartas de ABC é também referido como silabário, podemos dizer que não há muita distinção entre os tipos de livros.



publicados por esta editora, uma das mais importantes no mercado editorial de livros para a escola? Até que ponto visa um público doméstico que sabe seguir as instruções pedagógicas? Ou seria também dirigido a um público popular, neste mesmo período e no decorrer dos outros anos? O fato é que esse livro ainda continua a ser publicado em 1954, num período em que há diferentes modelos de livros editados na mesma casa, já referidos a métodos sintéticos e analíticos e de autores renomados.

Por fim poderíamos indagar: onde este material mais popular, denominado *Cartas do ABC e Silabário* circula quando não é na escola? Para qual tipo de prática? Não podemos comparar as datas, e pode ser uma coincidência o fato de dois deles terem sido produzidos na mesma região, mas podemos estabelecer uma hipótese da permanência de uso destes materiais em algumas regiões, para além do período investigado.

De maneira geral, constata-se que os modelos de livros que começam a surgir no final do século XIX vão negar estes silabários. A pesquisa nos novos modelos de livros que os sucederam permitirá verificar a produção de outros dispositivos para colocar o ensino da escrita nas páginas dos livros e também para verificar os efeitos da escola que vai se tomando, progressivamente, a guardiã das formas de transmissão da cultura escrita.

Bibliografia

CHARTIER, Anne-Marie. Des abécédaires aux méthodes de lecture: gènese du manuel moderne avant les lois Ferry. Mimeog. 2004. 37p. Versão do capítulo, em português, a ser publicada no livro *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007 (no prelo)

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva Frade e MACIEL, Francisca Izabel (orgs.). *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE. 2006

HÉBRARD, Jean. Os livros escolares da Bibliothèque Bleue: arcaísmo ou modernidade? *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 4, jul/dez.2002. p.10-45.

INÁCIO, Marilaine, FARIA FILHO, Luciano, ROSA Walquíria, SALES, Zeli Efigênia. *Escola, Política e Cultura*. Belo Horizonte: Argumentum/CNPq. 2006 .

MORTATTI, Maria do Rosário. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo. UNESP, 2000.